

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DR/RJ

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**



Maringá – PR., 1º de fevereiro de 2019.

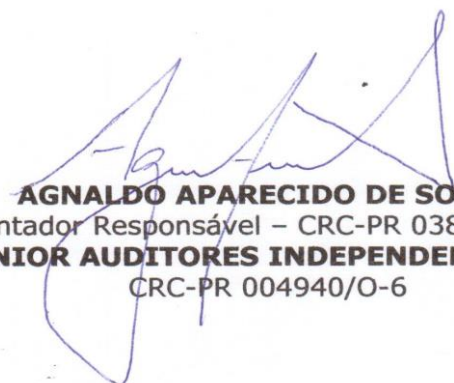
Ilmos. Srs.
Diretores do
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DR/RJ
CNPJ 03.851.171/0001-12
Rio de Janeiro – RJ

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente, para apreciação e análise de Vs. Sas. **Relatório dos Auditores Independentes**, sobre as demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2018.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DR/RJ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	4 a 8
Balancos Patrimoniais.....	9
Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	10
Balancos Financeiros.....	11
Demonstração dos Fluxos de Caixas (Método Indireto).....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	13 a 38

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

À
Diretoria do
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI
Departamento Regional do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI – Departamento Regional do Rio de Janeiro**, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais, balanços financeiros e seus fluxos de caixas, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DR/RJ** em 31 de dezembro de 2018, o resultado das variações patrimoniais e seus fluxos de caixas referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, bem como, com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras

individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras do exercício anterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outros auditores independentes, sendo emitido em 19 de fevereiro de 2018 relatório de auditoria sem ressalvas.

Outros assuntos - Previndus

O **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI – Departamento Regional do Rio de Janeiro** é patrocinador de plano de benefícios para seus servidores na PREVINDUS – Associação de Previdência Complementar. As demonstrações contábeis da PREVINDUS, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão sendo examinadas por outros auditores independentes, concluindo sobre o não reconhecimento de fatos, até aquela data, que possam afetar o valor dos ativos da PREVINDUS em relação ao plano patrocinado pelo **SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI – Departamento Regional do Rio de Janeiro**.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá – Pr, 1º de fevereiro de 2019.



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Balancos patrimoniais
Em 31 de Dezembro

(Em reais mil)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	04	241.203	259.246	Contas a Pagar		-	124
Créditos a Receber	05	35.930	39.812	Fornecedores	10	6.837	5.897
Clientes		26.078	17.201	Impostos e contribuições a recolher	11	2.907	2.874
(-) Provisão créditos liquidação duvidosa		(8.927)	(7.220)	Salários, férias e encargos sociais	12	5.749	5.544
Adiantamentos a Empregados		3.725	3.967	Provisões	13	54.964	50.794
Antecipações sobre Contratos		60	151	Retenções e Depósitos em Garantia	14	4.725	5.859
Departamento conta Movimento		627	376	Departamento Conta Movimento		324	66
Valores em Cobrança		-	5.690	Convênios - Arrecadação Direta	15	10.790	11.084
Receitas a receber		12.133	17.051	Sistema Indústria-c/Movimento	16	5.990	5.765
Sistema Indústria conta Movimento		1.425	2.019	Convênios e Acordos	17	7.981	7.150
Convênios e acordos		665	32	Contas Correntes Passivas	18	8.222	4.083
Contas correntes ativas		19	36	Outras Obrigações		2	3
Depósitos em garantia		48	10	Total do passivo circulante		108.491	99.243
Tributos a Recuperar		77	499				
Estoques	06	1.831	2.215	Não circulante			
Valores a Apropriar	07	3.687	1.090	Outras Obrigações a Longo Prazo	19	21.945	27.271
Total do ativo circulante		282.651	302.363	Total do passivo não circulante		21.945	27.271
Não circulante				Total do passivo			
Realizável a Longo Prazo	08	1.456	766			130.436	126.514
Clientes		583	-	Patrimônio Social			
Depósito para recursos judiciais		624	517	Patrimônio Social Acumulado	20	585.988	586.566
Outros Créditos e Valores		249	249	Total do patrimônio social		585.988	586.566
Imobilizado	09	431.639	409.094				
Bens imóveis		426.211	392.416	Total do passivo e patrimônio social			
Bens móveis		166.882	159.754			716.424	713.080
(-) Depreciação acumulada		(161.779)	(143.076)				
Imobilizado em Andamento		325	-				
Intangível		678	857				
Direitos de Uso de Linhas Telefônicas		-	48				
Direitos de Uso de Softwares		1.218	1.463				
(-) Amortizações acumuladas		(540)	(654)				
Total do ativo não circulante		433.773	410.717				
Total do ativo		716.424	713.080				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Demonstrações das Variações Patrimoniais

Em 31 de Dezembro

(Em reais mil)

Receitas	2018	2017	Despesas	2018	2017
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias		
Receitas Correntes	519.352	537.456	Despesas Correntes	499.475	506.141
Receitas de Contribuições (nota 21)	364.978	382.054	Aplicações Diretas	467.305	471.632
Receitas Financeiras e Patrimoniais (nota 22)	17.163	26.515	Pessoal e Encargos Sociais (nota 25)	318.941	331.386
Receitas de Serviços (nota 23)	108.340	112.840	Ocupações e Utilidades	32.487	32.427
Saldo de exercícios anteriores	-	4.081	Materiais	13.301	12.412
Outras Receitas Correntes (nota 24)	28.871	11.966	Transporte e Viagens	2.800	2.642
			Material de Distribuição Gratuita	41	-
Transferências Correntes	4.923	1.498	Serviços de Terceiros (nota 26)	88.837	81.317
			Despesas Financeiras	3.013	-
Receitas de Capital	103	2.444	Impostos, Taxas e Contribuições	1.989	1.879
Alienação de Bens	103	2.444	Outras despesas correntes	5.896	9.569
Total Receitas Orçamentárias	524.378	541.398	Transferências Correntes (nota 27)	32.170	34.509
			Despesas de Capital	44.121	35.257
			Investimentos	44.121	35.257
			Total Despesas Orçamentárias	543.596	541.398
Receitas Extra orçamentárias			Despesas Extra orçamentárias		
Variações Patrimoniais	46.828	45.732	Variações Patrimoniais	24.461	35.914
Resultantes da Execução Orçamentária	44.121	35.257	Resultantes da Execução Orçamentária	2.777	14.675
Aumento do ativo imobilizado	18.164	35.257	Alienação de bens móveis	2.777	10.594
Aumento do ativo intangível	633	-	Outras variações patrimoniais	-	4.081
Construções em Andamento	22.889	-	Independentes da Execução Orçamentária	21.684	21.239
Outras Variações Patrimoniais	2.435	-	Baixa de Bens	48	-
Independentes da Execução Orçamentária	2.707	10.475	Depreciação de Bens	21.090	21.239
Incorporação de bens	319	52	Outras variações patrimoniais	546	-
Baixa de depreciação	2.388	10.423			
			Variações Financeiras	12.236	7.937
Variações Financeiras	8.509	11.427	Cancelamentos - Ativo	6.147	6.887
Inscrições no Ativo	1.795	2.786	Inscrição - Passivo	6.075	1.050
Cancelamentos - Passivo	6.714	8.641	Despesas extra orçamentária	14	-
Total Receitas Extra orçamentárias	55.337	57.159	Total Despesas Extra orçamentárias	36.697	43.851
Resultado no Exercício			Resultado Patrimonial do Exercício		
Déficit no Exercício	578	-	Superávit do Exercício	-	13.308
Total das Variações Ativas	580.293	598.557	Total das Variações Passivas	580.293	598.557

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Balancos financeiros
Em 31 de Dezembro
 (Em reais mil)

Receitas	2018	2017	Despesas	2018	2017
Receitas Orçamentárias			Despesas Orçamentárias		
Receitas Correntes	519.352	533.375	Despesas Correntes	499.475	506.141
Receitas de Contribuições	364.978	382.054	Aplicação Direta	467.305	471.632
Receitas Financeiras e Patrimoniais	17.163	26.515	Pessoal e Encargos Sociais	318.941	331.386
Receitas de Serviços	108.340	112.840	Ocupações e Utilidades	32.487	32.427
Outras Receitas Correntes	28.871	11.966	Materiais	13.301	12.412
			Transporte e Viagens	2.800	2.642
Transferências Correntes	4.923	1.498	Material de distribuição gratuita	41	-
			Serviços de Terceiros	88.837	81.317
Receitas de Capital	103	2.444	Despesas Financeiras	3.013	-
Alienação de Bens	103	2.444	Impostos, Taxas e Contribuições	1.989	1.879
			Despesas Diversas	5.896	9.569
Total Receitas Orçamentárias	524.378	537.317	Transferências Correntes	32.170	34.509
			Despesas de Capital	44.121	35.257
			Investimentos	44.121	35.257
			Total Despesas Orçamentárias	543.596	541.398
Receitas Extra orçamentárias			Despesas Extra orçamentárias		
Reduções no Exercício	14.063	7.114	Aumentos no Exercício	13.084	6.804
Redução do ativo circulante	14.063	4.543	Aumento do ativo circulante	12.394	6.804
Créditos a receber	13.680	3.525	Créditos a receber	9.797	6.774
Valores a apropriar	-	1.018	Estoques	-	30
Estoques	383	-	Valores a apropriar	2.597	-
Redução do ativo não circulante	-	2.571	Aumento do ativo não circulante	690	-
Depósitos para Recursos Judiciais	-	2.571	Realizável a longo prazo	690	-
Aumentos no Exercício	10.802	3.962	Reduções no Exercício	6.880	23.961
Aumento do passivo circulante	10.802	3.962	Redução do passivo circulante	1.554	23.961
Obrigações a pagar	10.802	3.962	Obrigações a pagar	1.554	18.133
			Outras obrigações a pagar	-	5.828
			Redução do passivo não circulante	5.326	-
Variações Financeiras	8.510	11.427	Exigível a longo prazo	5.326	-
Inscrições - Ativo e Cancelamentos - Passivo	8.510	11.427			
Total Receitas Extra orçamentárias	33.375	22.503	Variações Financeiras	12.236	7.937
			Cancelamentos - Ativo	6.147	6.887
			Inscrições - Passivo	6.075	1.050
			Despesas Extra Orçamentárias	14	-
			Total Receitas Extra orçamentárias	32.200	38.702
Disponibilidade Inicial			Disponibilidade Final		
Caixa e Equivalentes de Caixa	259.246	279.526	Caixa e Equivalentes de Caixa	241.203	259.246
Caixa e Bancos	1.362	1.500	Caixa e Bancos	738	1.362
Aplicações financeiras	257.884	278.026	Aplicações financeiras	240.465	257.884
Total Disponibilidade Inicial	259.246	279.526	Total Disponibilidade Final	241.203	259.246
Total Receitas	816.999	839.346	Total Despesas	816.999	839.346

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI
DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Demonstração dos Fluxos de Caixas
(Método Indireto)
Em 31 de Dezembro
 (Em reais mil)

	2018	2017
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Déficit/superávit do exercício	(578)	13.308
(+) Depreciações/amortizações	18.589	10.867
(+/-) Provisões para Contingências	4.170	(11.450)
Variações nos ativos e passivos		
Redução dos Clientes	(8.876)	(4.307)
Aumento da Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	1.707	2.340
Aumento dos Adiantamentos a Empregados	242	499
Aumento dos Adiantamentos Concedidos	1	-
Aumento/redução das Antecipações sobre Contratos	90	(139)
Redução da Conta Departamento Movimento (Ativo)	(250)	(184)
Aumento/redução dos Valores em Cobrança	5.690	(965)
Aumento das Receitas a Receber	4.917	575
Aumento/redução do Sistema Indústria - Conta Movimento (Ativo)	595	(1.129)
Redução dos Convênios e Acordos	(633)	(8)
Aumento/redução das Contas Correntes Ativas	17	(30)
Redução dos Depósitos em Garantia	(38)	(10)
Aumento dos Impostos a Recuperar	422	110
Aumento/redução dos Estoques de Materiais e Produtos	383	(30)
Redução/aumento dos Valores a Apropriar	(2.597)	1.018
Redução dos Clientes (longo prazo)	(583)	-
Redução/aumento dos Depósitos para Recursos Judiciais	(107)	2.570
Redução das Contas a Pagar	(124)	(234)
Aumento/redução dos Fornecedores	940	(4.409)
Aumento/redução dos Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	33	(879)
Aumento/redução dos Salários e Encargos a pagar	205	(420)
Redução/aumento das Retenções e Depósitos em Garantia	(1.134)	867
Aumento/redução do Departamento Conta Movimento (Passivo)	257	(620)
Redução/aumento dos Convênios - Arrecadação Direta	(295)	801
Aumento/redução do Sistema Indústria - Conta Movimento (Passivo)	225	(121)
Aumento dos Convênios e Acordos (Passivo)	831	640
Aumento das Contas Correntes Passivas	4.140	1.652
Redução/aumento das Outras Obrigações	(1)	3
Redução das Outras Obrigações a Longo Prazo	(5.326)	(5.828)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	22.912	4.487
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do imobilizado e intangível	(40.955)	(24.767)
Caixa líquido tomado nas atividades de investimento	(40.955)	(24.767)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(18.043)	(20.280)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	259.246	279.526
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	241.203	259.246

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - DR/RJ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em reais mil)

01 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Serviço Social da Indústria – SESI – Departamento Regional do Rio de Janeiro é uma entidade de direito privado, organizado pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-Lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946 e tem por objetivo estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no País.

O SESI, em face dos seus objetivos sociais, é imune a impostos federais, de acordo com o artigo 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

02 – POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Não há mudanças nas operações da Entidade, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Entidade ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de janeiro de 2019.

2.2. BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais que é a moeda de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos não circulantes e instrumentos financeiros, que são apresentados pelo valor justo.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- b) Definição e revisão de vida útil de imobilizados;
- c) Valor justo de instrumentos financeiros (aplicações financeiras);
- d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades regidas pela Lei nº 4.320/64 e ITG 2002 (R1) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS, emanada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Para fins de comparabilidade, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017, atendendo em alguns aspectos operacionais às determinações exaradas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis do Sistema Indústria – CPC/SI, entre outros.

Tais demonstrações compreendem as peças relacionadas abaixo:

- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações das Variações Patrimoniais;
- Balanços Financeiros;
- Demonstração dos Fluxos de Caixas; e
- Notas Explicativas.

03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, merecem destaque:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com riscos insignificantes de mudança de valor.

A administração da Entidade mantém suas aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por se tratar de aplicações em fundo de investimentos e títulos e renda fixa (CDB), com resgate imediato.

b) Créditos a receber de clientes

Estão apresentados pelo valor de realização e decorrem da prestação de serviços, cursos, consultoria e outros.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente, em conformidade com o CPC 12.

c) Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa – PECLD são na sua maioria recebíveis oriundos da atividade de educação e contemplam os valores vencidos a partir de 180 dias.

d) Estoques

Os estoques correspondem basicamente a materiais de consumo, os quais são avaliados ao custo médio de aquisição.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido a depreciação, quando aplicável.

São registrados os bens destinados à manutenção das atividades das entidades, divididos nos subgrupos:

- **Bens Imóveis:** Terrenos, prédios, construções em andamento, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros. São considerados para fins de incorporação todos os bens imóveis sem restrição de valor e tempo de vida estimado ou ainda aquisições e contratações de serviços que objetivam o acréscimo da área construída, adaptações, recuperações ou adequações nas instalações físicas dos imóveis, desde que agreguem valor na avaliação patrimonial do imóvel.
- **Bens Móveis:** Mobiliário em geral, instrumentos musicais, veículos, máquinas e equipamentos em geral, equipamentos médicos, cirúrgicos, odontológicos e laboratoriais, equipamentos de informática, entre outros bens móveis.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados têm o seu valor recuperável testado por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, caso haja indicadores de perda de valor.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, a empresa não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

Os testes de *impairment* sobre ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente testados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma provisão é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (CGUs): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis.

As perdas por *impairment* quando apuradas são incluídas no resultado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados ao valor líquido de realização.

g) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- **Fornecedores**

São inicialmente reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- **Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

i) Patrimônio Social

Representado pelo Patrimônio Social inicial, incluso o déficit e/ou superávit apurado anualmente.

j) Tributação

O SESI Departamento Regional do Rio de Janeiro é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento de impostos, de acordo com o art. 150, inciso VI, alínea “c” da Constituição da República Federativa do Brasil e isenta da contribuição social, de acordo com o art. 195, parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil, portanto nenhum imposto/tributo foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo para INSS e PIS é a folha de pagamento.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. A liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor divergente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São apresentados ao valor líquido de realização.

m) Regime de apuração do resultado

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas seguindo as práticas contábeis aplicadas no Brasil, e excepcionalmente alguns procedimentos foram padronizados ao plano de contas e manual contábil do sistema indústria editado pela CNI – Confederação Nacional da Indústria, sendo aceito regime misto, para as seguintes operações:

Regime de competência – para registro das despesas, das receitas quando da emissão da Relação dos Serviços Prestados pelo SESI para as empresas e da contribuição Indireta e Auxílios Mínimos e Especiais.

Regime de caixa – quando do recebimento da Contribuição Direta.

n) Provisões para Riscos

As provisões para riscos de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, o julgamento dos advogados internos.

o) Reconhecimento das receitas e despesas

Receitas Correntes: Estão compostas pelas receitas de atividades próprias, como segue:

- **Receitas de Contribuição:** representa a arrecadação compulsória direta e indireta. As contribuições diretas são apropriadas pelo regime de caixa e a indiretas são apropriadas pelo regime de competência, estes recursos são arrecadados de forma compulsória.

Com base no Decreto nº 57.375 de 02 de dezembro de 1965, a receita compulsória do Sesi possui duas categorias:

Direta – recolhida diretamente pelas indústrias aos cofres do Sesi.

Indireta – recolhida através da GPS da Previdência Social.

- **Transferências Correntes:** Referem-se a receitas de convênios firmados com outras Entidades do Sistema Indústria e parceiros de direito público, privado ou organismos internacionais, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da Entidade.

Receitas e despesas financeiras: Representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos, aplicações financeiras, e descontos obtidos de fornecedores. São reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

Receitas de Serviços: Representam a apropriação mensal proveniente da prestação de serviços nas diversas linha de ação do Sesi.

Receitas de Capital: Consolidam os registros e amortizações de empréstimos concedidos com recursos próprios, com finalidade de execução orçamentária.

Despesas Operacionais: Consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como Despesas Correntes, Despesas de Capital e Variações Patrimoniais/Financeiras, dependentes ou não da execução orçamentária.

Despesas Correntes: Consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.

Despesa de Capital: Consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicação direta, investimentos e inversões financeiras, e como de transferências de capital.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

Conta	2018	2017
Caixa	250	212
Bancos c/movimento	488	1.150
Aplicações financeiras	238.285	163.213
Títulos e Valores Mobiliários	2.180	94.671
Total	241.203	259.246

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos por numerários disponíveis em moeda corrente nacional, saldos nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata disponível e que podem ser resgatáveis pela Entidade a qualquer momento.

a) Bancos conta movimento

Para operacionalização das suas atividades a Entidade possui contas correntes bancárias nas seguintes Instituições Financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú e Banco Bradesco.

b) Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários

A composição das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2018 era a seguinte:

Instituição financeira	2018	2017
Banco do Brasil S.A.		
Fundo de renda fixa	136.709	160.981
Caderneta de poupança	22	428
	136.731	161.409
Caixa Econômica Federal		
Fundo de renda fixa	101.504	-
Caderneta de poupança	51	1.804
	101.555	1.804
Certificado de Depósito Bancário - CDB		
Banco do Brasil S.A.	2.179	2.062
Caixa Econômica Federal	-	92.609
	2.179	94.671
Total	240.465	257.884

As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo valor original, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos e apropriados até a data das demonstrações contábeis de acordo com as taxas pactuadas pelo mercado financeiro. São mantidas exclusivamente no Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, conforme dispõe o Decreto Lei nº 151, de 09/02/1967.

Os fundos de renda fixa do Banco do Brasil tiveram remuneração de 6,3549% no ano de 2018 e da Caixa Econômica Federal alcançaram remuneração de 6,1498% em 2018.

05 – CRÉDITOS A RECEBER

A composição na data base era a seguinte:

Créditos a Receber	2018	2017
Clientes	26.078	17.201
(-) Provisão créditos liquidação duvidosa	-8.927	-7.220
Adiantamentos a Empregados	3.725	3.967
Antecipações sobre Contratos	60	151
Departamento conta Movimento	627	376
Valores em Cobrança	-	5.690
Receitas a receber	12.133	17.051
Sistema Indústria conta Movimento	1.425	2.019
Convênios e acordos	665	32
Contas correntes ativas	19	36
Depósitos em garantia	48	10
Tributos a Recuperar	77	499
Total	35.930	39.812

As operações de créditos a receber estão registradas e avaliadas ao valor original e são representadas pelas operações com clientes e suas provisões, operações com os empregados, movimentações financeiras com o sistema indústria referente às arrecadações direta e indireta e transações com parceiros por convênios e acordos.

a) Clientes

As operações com clientes no valor de R\$ 26.078 mil em 31/12/2018 (R\$ 17.201 mil em 31/12/2017) são representadas pela prestação de serviços educacionais e tecnológicos.

A composição do saldo de clientes por idade de vencimento está demonstrado a seguir:

Descrição	R\$ mil	%
A vencer	11.866	45,50%
Vencidos até 30 dias	2.541	9,74%
Vencidos entre 31 e 60 dias	977	3,75%
Vencidos entre 61 e 90 dias	579	2,22%
Vencidos entre 91 e 120 dias	456	1,76%
Vencidos entre 121 e 180 dias	732	2,81%
Vencidos entre 181 e 360 dias	1.225	4,69%
Vencidos há mais de 360 dias	7.702	29,53%
Total	26.078	100,00%

b) Provisão crédito liquidação duvidosa

Visando garantir a fidedignidade da composição patrimonial da entidade foi provisionado o valor de R\$ 8.927 mil em 31/12/2018 (R\$ 7.220 mil em 31/12/2017) para provisão para devedores duvidosos.

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa – PECLD são na sua maioria recebíveis oriundos da atividade de educação e contemplam os valores vencidos a partir de 180 dias.

c) Adiantamentos a empregados

Adiantamentos a empregados referem-se a adiantamentos de insuficiência saldo de salários e férias.

d) Departamento conta movimento

Departamento Conta Movimento refere-se a conta corrente com o Departamento Nacional e os outros Departamentos Regionais do SESI, e registra valores a receber relativo a projetos e subsídios a ações executadas pelo Departamento Regional do Rio de Janeiro.

e) Valores em cobrança

Valores em cobrança referem-se a créditos a receber provenientes de vendas de prestação de serviços.

f) Receita a receber

As receitas a receber se constituem de contribuições compulsórias diretas e indiretas regimentais, além dos auxílios.

g) Sistema Indústria conta movimento

Os valores do Sistema Indústria Conta Movimento referem-se aos saldos de transações Inter companhias do Sistema S, decorrentes de operações internas como compartilhamento das estruturas de apoio e demais serviços.

06 – ESTOQUES

A composição dos estoques na data base era a seguinte:

Estoques	2018	2017
Materiais e produtos	1.831	2.215
Total	1.831	2.215

Os estoques são compostos, por materiais destinados ao consumo próprio da Entidade e suas Unidades Operacionais, os mesmos são devidamente controlados pelo Setor de Suprimentos juntamente com as unidades operacionais, sendo avaliado ao custo médio de aquisição, que não supera o valor de reposição.

07 – VALORES A APROPRIAR

Os valores a apropriar estavam assim compostos:

Conta	2018	2017
Vale transporte a distribuir	348	103
Vale refeição a distribuir	1.672	-
Valores a classificar	72	3
Importação em andamento	719	-
Licença e uso de software	876	984
Total	3.687	1.090

O montante de R\$ 3.687 mil em 31/12/2018 (R\$ 1.090 mil em 31/12/2017) lançado nesse grupo é decorrente dos valores de Despesas antecipadas que serão amortizadas no exercício seguinte.

08 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

A composição do Ativo Realizável a Longo Prazo na data base era a seguinte:

Realizável a Longo Prazo	2018	2017
Clientes	583	-
Depósito para recursos judiciais	624	517
Outros Créditos e Valores	249	249
Total	1.456	766

a) Clientes

As operações com clientes no valor de R\$ 583 mil em 31/12/2018 são representadas pelas renegociações, que em sua maioria são referentes as prestações de serviços de saúde.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

b) Depósitos para recursos judiciais

O valor de R\$ 624 mil refere-se basicamente a depósitos judiciais trabalhistas, cujos processos estão em discussão na justiça trabalhista.

c) Outros créditos e valores

O valor de R\$ 249 mil refere-se a adiantamentos realizados para compra de ativos junto ao Departamento Nacional.

09 – IMOBILIZADO

A composição do ativo imobilizado na data base era a seguinte:

Conta	2018	2017
Bens imóveis	426.211	392.416
Bens móveis	166.882	159.754
(-) Depreciação acumulada	(161.779)	(143.076)
Imobilizado em Andamento	325	-
Total	431.639	409.094

O ativo imobilizado está registrado pelo valor de aquisição ou construção, deduzido da correspondente depreciação. As taxas de depreciações utilizadas estão evidenciadas a seguir:

Conta	Taxa de depreciação
Terrenos	-
Prédios	2% a.a.
Construções em andamento	-
Instalações	2% a.a.
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2% a.a.
Mobiliário em geral	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Equipamentos médicos	10% a.a.
Equipamentos de informática	20% a.a.
Equipamentos esportivos	10% a.a.
Equipamentos de comunicação	10% a.a.
Outros	10% a.a.

A evolução do ativo imobilizado no ano de 2018 está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	14.945	-	-14.365	-	580
Prédios	330.976	56.357	-	14.365	401.698
Construções em andamento	25.343	-	-	-25.343	-
Instalações	1.213	2.435	-	-	3.648
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.939	346	-	-	20.285
Total de bens imóveis	392.416	59.138	-14.365	- 10.978	426.211
Mobiliário em geral	33.271	978	-659	-	33.590
Veículos	22.203	73	-184	-	22.092
Máquinas e equipamentos	29.487	4.013	-1.991	-	31.509
Equipamentos médicos	22.242	723	-862	-	22.103
Equipamentos de informática	36.044	5.760	-1.226	-	40.578
Equipamentos esportivos	9.195	-	-402	-	8.793
Equipamentos de comunicação	2.051	168	-28	-	2.191
Outros	5.261	797	-32	-	6.026
Total de bens móveis	159.754	12.512	-5.384	-	166.882
Depreciações acumuladas	-143.076	-21.140	2.437	-	-161.779
Total depreciações acumuladas	-143.076	-21.140	2.437	-	-161.779
Imobilizado em andamento	-	325	-	-	325
Total imobilizado em andamento	-	325	-	-	325
Total imobilizado	409.094	50.835	-17.312	-10.978	431.639

10 – FORNECEDORES

O saldo de fornecedores era o seguinte:

Descrição	2018	2017
Fornecedores	6.837	5.897
Total	6.837	5.897

Os valores das obrigações com fornecedores estão demonstrados ao valor do custo incorrido e são representados por gastos decorrentes da manutenção da atividade operacional da Entidade e prestadores de serviços pessoas jurídicas no montante de R\$ 6.837 mil em 31/12/2018 (R\$ 5.897 mil em 31/12/2017).

11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos Tributos e Contribuições a Recolher na data base era a seguinte:

Conta	2018	2017
Imposto de renda retido na fonte	2.194	2.159
ISS retido na fonte	232	167
Contribuição sindical	-	2
CSLL/COFINS/PIS/PASEP	186	173
INSS serviços prestados	295	373
Total	2.907	2.874

Os impostos e contribuições a recolher estavam compostos por imposto de renda retido na fonte de empregados e de prestadores de serviços, bem como, ISS retido na fonte, CSLL/COFINS/PIS/PASEP retido na fonte e INSS referente a serviços prestados por pessoas jurídica e física.

12 – SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

A composição dos Salários e Encargos Sociais a pagar na data base era a seguinte:

Conta	2018	2017
INSS	3.733	3.777
FGTS	1.505	1.514
PIS	190	191
Outros encargos a recolher	321	62
Total	5.749	5.544

A conta estava composto por INSS, FGTS e PIS incidentes sobre a folha de pagamento, bem como, duodécimo e seguro de vida em grupo a pagar.

13 – PROVISÕES

A composição das provisões de curto prazo na data base era a seguinte:

Conta	2018	2017
Férias	17.376	17.413
Encargos s/férias	5.353	5.407
Contingências trabalhistas	1.888	1.900
Contingências fiscais	-	5.131
Contingências cíveis	4.828	2.232
Outras provisões	5.568	-
Programa de participação de resultados	13.403	12.437
Previndus - passivo atuarial	6.548	6.274
Total	54.964	50.794

a) Férias

Refere-se a provisão de férias dos funcionários, acrescida de 1/3 do adicional constitucional.

b) Encargos s/férias

O valor refere-se ao INSS, FGTS e PIS incidente sobre a provisão de férias constituída até a data do balanço.

c) Contingências trabalhistas

O valor de R\$ 1.888 mil em 31/12/2018 (R\$ 1.900 mil em 31/12/2017) refere-se a provisão de diversos processos trabalhistas movidos por ex-funcionários, que estão sendo julgados em diversas instâncias.

d) Programa de participação de resultados

O valor de R\$ 13.403 mil em 31/12/2018 (R\$ 12.437 mil em 31/12/2017) refere-se ao programa de participação de resultados que foi apurado conforme regulamento interno.

d) Previndus – passivo atuarial

O valor de R\$ 6.548 mil em 31/12/2018 (R\$ 6.274 mil em 31/12/2017) refere-se ao saldo atuarial de curto prazo a pagar, proveniente de déficits acumulados da Previndus – Associação de Previdência Complementar, sendo o SESI patrocinador.

14 – RETENÇÕES E DEPÓSITOS EM GARANTIA

A composição das Retenções e Depósitos em Garantia na data base era a seguinte:

Conta	2018	2017
Retenções contratuais	4.725	5.848
Retenção p/determinação judicial	-	11
Total	4.725	5.859

15 – CONVÊNIOS – ARRECAÇÃO DIRETA

A composição dos Convênios – Arrecadação Direta na data base era a seguinte:

Conta	2018	2017
Convênios - arrecadação direta	10.790	11.084
Total	10.790	11.084

16 – SISTEMA INDÚSTRIA-C/MOVIMENTO

O saldo do Sistema Indústria-c/Movimento refere-se a transações Inter companhias do Sistema S e possuía a seguinte composição na data base:

Conta	2018	2017
FIRJAN	3.624	3.862
SENAI	457	44
IEL	761	813
Sistema Firjan - rateio da folha	1.148	1.046
Total	5.990	5.765

17 – CONVÊNIOS E ACORDOS

A composição dos Convênios e Acordos na data base era a seguinte:

Conta	2018	2017
Vinculados ao DN	5.509	6.130
Outros	2.472	1.020
Total	7.981	7.150

Os valores são provenientes de diversos projetos que são regulamentados através de convênios e acordos.

A título de exemplificação citamos os seguintes convênios em andamento na data base: Sesi/DN – Sesi matemática; Sesi/DN – Prog.Repert.p/uma cultura escolar; Sesi/DN – Indústria do Conhecimento Cidade de Deus; Sesi/DN – Indústria do Conhecimento Providência; Sesi/DN – Indústria do Conhecimento Andaraí; Petrobrás – Centro de Esporte e Educação, dentre inúmeros outros.

18 – CONTAS CORRENTES PASSIVAS

A composição das Contas Correntes Passivas na data base era a seguinte:

Conta	2018	2017
Credores diversos	93	-
Recursos a classificar	8.129	4.083
Total	8.222	4.083

Os recursos a classificar estavam compostos basicamente por valores recebidos antecipadamente, e, conseqüentemente, por receitas a apropriar em exercício seguinte.

19 – OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

A composição das Outras Obrigações a Longo Prazo na data base era a seguinte:

Conta	2018	2017
Outras Obrigações a Longo Prazo	21.945	27.271
Total	21.945	27.271

O valor de R\$ 21.945 mil em 31/12/2018 (R\$ 27.271 mil em 31/12/2017) refere-se ao saldo atuarial de longo prazo a pagar, proveniente de déficits acumulados da Previdus – Associação de Previdência Complementar, sendo o SESI patrocinador.

20 – PATRIMÔNIO SOCIAL

Estão demonstrados conforme determina a Lei n.º 9.249 de 27/12/95, no artigo 4.º, Parágrafo Único – vedada a correção monetária sobre os valores de custo de aquisição, integralização e de transferências. O Patrimônio Social do SESI-DR/RJ, apresentado em 31 de dezembro de 2018, corresponde aos valores dos déficits/superávits acumulados gerados em exercícios anteriores, acrescidos da movimentação realizada no exercício de 2018.

21 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2018	2017
Direta	215.078	216.366
Indireta	149.900	165.688
Total	364.978	382.054

22 – RECEITAS PATRIMONIAIS

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2018	2017
Financeiras	15.726	25.259
Imobiliárias	1.437	1.256
Total	17.163	26.515

23 – RECEITAS DE SERVIÇOS

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2018	2017
Ensino Fundamental Regular	25.799	23.264
Serviços Saúde Ocupacional	17.203	21.818
Lazer Físico - Esportivo	15.097	15.239
Receitas Ensino Médio Regular	9.785	6.504
Lazer Social	7.392	8.537
Outros Serviços De Saúde	7.277	7.083
Serviços Odontológicos	7.254	8.112
Serviços Médicos - Ambulatoriais	6.448	7.632
Receitas Do Pré Escolar	4.819	4.455
Serviços Laboratoriais	1.526	1.576
Outros Serviços De Lazer	1.399	1.267
Serviços De Consultoria E Assistência Técnica	1.173	1.018
Serviço Saúde - Meio Ambiente	923	1.792
Lazer Artístico	878	940
Serviços Radiográficos	612	846
Outros Serviços Educacionais	270	51
Receitas Curso Suplência Primeiro Grau	209	207
Receitas Curso Suplência Segundo Grau	140	428
Receitas Cursos De Suprimento	132	2.072
Cerimonial E Eventos	4	-
Total	108.340	112.840

24 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2018	2017
Termo De Cooperação-Saldo Não Utilizado	19.734	7.343
Outras Receitas	3.939	-
Recuperação De Despesas	1.882	1.535
Descontos Obtidos	1.022	1.017
Multa E Juros S/Arrecadação	997	-
Multas/Juros E Atualiz. Monetária	898	1.709
Outras Receitas Correntes	245	341
Indenização	101	2
Receitas De Patrocínios	36	-
Sucatas E Aparas	8	9
Restituição	8	10
Outras Receitas	-	4.081
Total	28.871	16.047

25 – DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2018	2017
Salários	134.134	138.309
Encargos Sociais (INSS, FGTS e PIS)	53.092	56.906
Férias e décimo terceiro salário	31.473	33.991
Plano de previdência complementar	8.383	8.282
Vale refeição	18.154	18.150
Outras despesas de pessoal	73.705	75.748
Total	318.941	331.386

26 – DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços De Limpeza E Conservação	13.038	14.376
Segurança E Vigilância	11.483	12.808
Reversão De Contribuições As Industrias	10.780	11.122
Promoções E Eventos	9.195	6.473
Informática	6.391	6.040
Publicidade E Propaganda	5.885	2.297

Técnicos Especializados	5.192	3.556
Médicos E Laboratoriais	4.110	5.061
Manutenção E Reparos De Bens Moveis E Imóveis	4.082	6.006
Outros Serviços De Terceiros	3.731	1.397
Patrocínios	3.163	1.274
Aquisição De Licenças De Uso De Software	2.503	1.285
Serviços De Comunicação Em Geral	2.054	1.770
Assessoria E Consultoria	1.896	2.002
Serviços Gráficos, Copias E Reproduções	1.072	852
Odontológicos	899	982
Despesas De Alimentação	770	1.043
Transportes Urbanos	659	436
Locação De Maquinas E Equipamentos	512	793
Diversos	1.425	1.743
Total	88.837	81.317

27 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESAS

A composição na data base era a seguinte:

Descrição	2018	2017
Contribuições Regulamentares Firjan	25.618	26.811
Contribuições Regulamentares IEL	5.490	5.745
Convênios - Firjan	648	1.484
Auxílio a Terceiros	413	458
Contribuição Associativa e Filiação	1	11
Total	32.170	34.509

28 – PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

O SESI-RJ participa como patrocinador da Previndus - Associação de Previdência Complementar, destinados a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda de seus empregados.

As contribuições do SESI para os planos em 2018 totalizaram R\$ 8.383 mil (R\$ 8.282 mil em 2017), incluídas as contribuições de serviços correntes e passados.

As reservas a amortizar são de responsabilidade dos patrocinadores tendo sido iniciadas em janeiro de 1995 para o plano de benefício definido. No 1º semestre de 2004, foi aprovada pelo Conselho Regional a amortização, em 21 anos, do déficit atuarial da Previndus. Em dezembro de 2016 o SESI registrou a provisão do saldo do passivo atuarial correspondente sua responsabilidade em relação às

reservas a amortizar, que se referem às contribuições passadas de seus participantes, assumidas como patrocinador, a vencer até janeiro de 2024.

A provisão constituída teve a seguinte movimentação em 2018:

Saldo anterior 2017	Atualização / Amortização Atuarial	Saldo 2018
33.546	5.053	28.493

O saldo atualizado da provisão constituída está assim distribuído:

Descrição	R\$ mil
Passivo Circulante - Provisões Passivo Atuarial	6.548
Passivo não Circulante - Outras Contingências	21.945
Total	28.493

29 – GRATUIDADE

Em atendimento aos artigos 6º e 69 do regulamento do SESI, o Departamento Regional do Rio de Janeiro destinou em 2018:

RECEITAS	Realizado até: Dezembro
Receita Bruta de Contribuição Compulsória (RBCC)	364.978.048,31
Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) ¹	303.844.225,22
Compromisso de Aplicação de Recursos em Educação Básica e Continuada ²	101.271.280,27
Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade ³	50.650.832,34
DESPESAS	
<i>em Educação Básica e Continuada</i>	188.018.848,73
<i>em Gratuidade</i>	68.065.290,57
Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Educação ⁴	86.747.568,47
% da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Educação Básica e Continuada	61,9%
Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Gratuidade ⁵	17.414.458,22
% da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Gratuidade	22,4%

A apuração está de acordo com a metodologia própria do SESI Nacional, que considera a realização orçamentária (Despesas Correntes e de Capital) e a oferta de vagas gratuitas.

30 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os montantes contratados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado.

O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela administração da entidade e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

31 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Entidade, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma:

a) Tributária

A Entidade não possui contingências passivas de natureza tributária, classificadas como risco provável, na data das demonstrações financeiras.

As contingências passivas de natureza tributária, classificadas como risco possível são as seguintes:

- **IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano:** processo judicial nº 0174802-76.2017.8.19.0001 – deferida a liminar para a suspensão dos créditos tributários municipais;
- **Previdenciário:** processo administrativo nº 12267.000167/2008-94 – processo com exigibilidade suspensa aguardando decisão final administrativa sobre o pedido de revisão de multa.

b) Trabalhista

As contingências passivas de natureza trabalhista, classificadas como risco provável, estão registradas contabilmente na nota explicativa 13 - Provisões.

As contingências passivas de natureza trabalhista, classificadas como risco possível são as seguintes:

Processo	Unidade	R\$ mil
0100921-72.2016.5.01.0027	Sede	55
0101400-30.2016.5.01.0071	JPA	381
0100522-75.2017.5.01.0005	JPA	96
0100074-19.2017.5.01.0065	Sede	201
0000625-44.2012.5.01.0007	Laranjeiras	6
0010432-23.2014.5.01.0006	Sede	196
0101873-85.2016.5.01.0048	Sede	153
0100203-91.2016.5.01.0054	Sede	99
0101846-08.2016.5.01.0047	Cinelândia	35
0011738-91.2014.5.01.0017	JPA	24
0100681-44.2017.5.01.0061	Sede	129
0100648-31.2017.5.01.0004	JPA	24
0000589-27.2012.5.01.0031	Sede	73
0001538-06.2011.5.01.0025	Santa Cruz	275
0102233-39.2017.5.01.0483	Macaé	52
0100782-50.2018.5.01.0060	Sede	27
0101336-95.2017.5.01.0067	Sede	62
Total		1.888

c) Civil, comercial e outras

As contingências passivas de natureza civil, classificadas como risco provável, estão registradas contabilmente na nota explicativa 13 – Provisões.

As contingências passivas de natureza civil, classificadas como risco possível são as seguintes:

Processo	Unidade	R\$ mil
0094028-03.2010.8.19.0002	Niterói	10
0130277-14.2014.8.19.0001	SEDE	4.001
0016352-56.2013.8.19.0007	Volta Redonda	10
0001259-26-2014.8.19.0037	Nova Friburgo	5
0498218-68.2015.8.19.0001	Vicente de Carvalho	8
0255184-90.2016.8.19.0001	Vicente de Carvalho	700
0020300-86.2014.8.19.0066	Barra Mansa	200
0020593-94.2014.8.19.0021	Duque de Caxias	1
0004846-46.2016.8.19.0050	Santo Antônio de Pádua	1
0001863-09.2017.8.19.0028	Macaé	1
0025341-63.2016.8.19.0066	Volta Redonda	3
0007469-88.2017.8.19.0037	Nova Friburgo	5
0013093-81.2017.8.19.0211	Vicente de Carvalho	4
0302250-32.2017.8.19.0001	Sede	1
Total		4.950

De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes a contabilização das contingências segue as seguintes premissas:

- ✓ **Provável:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa irá perder, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada;
- ✓ **Possível:** a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há incerteza, portanto, não havendo contabilização a ser realizada, somente divulgação em nota explicativa;
- ✓ **Remota:** a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada, nem mesmo divulgação em nota explicativa.

As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

32 – GESTÃO DE RISCOS

A Entidade pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de créditos com clientes a receber pelos serviços prestados (educação, tecnológicos, inovação e outros) negociados a prazo. Para reduzir esse risco, é realizada a análise de crédito dos clientes no momento das contratações para as transações de vendas a prazo.

33 – HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Entidade considera como pessoal-chave da administração os Diretores Executivos.

Os Diretores Executivos são remunerados da seguinte forma:

- ✓ **Salário mensal:** registrados em folha de pagamento; e
- ✓ **Lucros:** distribuição de lucros, conforme regulamento interno de participação nos resultados.

34 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data da autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras, não há evidência de ocorrência de eventos subsequentes relevantes, que seja relativo ao SESI-DR/RJ, e que venham a ter efeito sobre essas demonstrações.
